

ASCENSÃO REGIONAL ETÍOPE: A POLÍTICA EXTERNA DE MENGISTU HAILÉ MARIAM A ABIY AHMED ALI

Nilton César Fernandes Cardoso¹
Guilherme Geremias da Conceição²
Igor Estima Sardo³



Introdução

O Chifre Africano situa-se no extremo leste do continente africano, em uma formação peninsular que abarca politicamente oito países atualmente: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda. Historicamente, a região sempre foi visada por potências estrangeiras, decorrente de sua posição geopolítica estratégica, neste caso, a conexão do Mar Vermelho ao Oceano Índico por meio do estreito de Bab-el-Mandeb. No entanto, a história do leste africano, contou com a formação de unidades políticas rudimentares que lograram desenvolver as forças produtivas: entre elas destaca-se os Impérios de Axum e da Abissínia, que se desenvolveram no planalto etíope e ao longo da costa somali (Pereira 2007).

Observa-se pelo exposto que as fronteiras atuais do chifre africano, assim como em boa parte da África, são o resultado de tratados políticos e diplomáticos entre potências europeias. Contudo, no centro do chifre afri-

¹ Relações Internacionais e Diplomacia, Universidade de Cabo Verde. Praia, Cabo Verde. E-mail: nilton.cardoso@docente.unicv.edu.cv. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8092-4999>

² Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: guilhermegconceicao@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9591-5048>

³ Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: igorsardo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6909-3351>

cano, sobreviveu aos ataques turco-otomano e europeu, o império secular da Abissínia, configurando como um bastião político de soberania, estabilidade, resistência e força. Surgiu assim o mito da força etíope no continente africano, povo que conseguiu repelir as investidas italianas em 1896, na Batalha de Adowa, e garantir a própria independência. Neste sentido que – como será visto mais adiante – a Etiópia constitui um pilar de estabilidade e desenvolvimento ao politicamente instável Chifre da África, visto que sua presença na região e seu aparato estatal e militar remontam a tempos imemoriais (Visentini 2012).

Com uma longa tradição diplomática, a Etiópia se firmou igualmente como um bastião da descolonização do continente africano após a Segunda Guerra Mundial, recepcionando a Organização da Unidade Africana (OUA) na sua capital e advogando pela emancipação das colônias remanescentes no continente. Ainda assim, apesar da altivez diplomática, o Estado etíope expunha contradições: governada por um imperador praticamente absolutista, a maioria da população ainda estava sob o jugo de senhores feudais e da Igreja Ortodoxa etíope. Esta situação mudou drasticamente na primeira metade da década de 1970 com o início do processo revolucionário no país. Após 1974, a monarquia foi derrubada e no lugar um Comitê das Forças Armadas – o Derg – conduzirá a Revolução, o desenvolvimento nacional e a política externa (Halliday e Molineux 1981).

De 1974 aos dias atuais estão assentados os eventos que construíram a República da Etiópia, isto é, o Estado moderno etíope. Antes da revolução de 1974, a política externa etíope ainda era atrelada aos interesses de uma elite fundiária arcaica e ao alinhamento automático com o Ocidente. Após a revolução, a Etiópia buscou um alinhamento com o Leste e um maior desenvolvimento nacional, buscando destruir as estruturas arcaicas do campo e do clero. Com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, do apoio econômico e militar da União Soviética, a Etiópia sucumbiu às próprias lutas internas em 1991 e um novo período de redemocratização se iniciou paulatinamente. Para suceder o Derg, os revolucionários de 1991 comandaram o país ainda com as heranças autoritárias do Derg, com exemplos de beligerância externa, falta de transparência na condução da política interna, repressão a movimentos populares, entre outros (Visentini 2018).

A partir da ascensão de Abiy Ahmed Ali ao cargo de primeiro-ministro, em 2018, verifica-se uma aceleração de reformas e abertura política e econômica desde a Revolução. É fato que tais reformas já vinham ocorrendo desde 1991, mas a velocidade que tal remodelação tomou com o primeiro-ministro Ali é notável. Neste sentido, este artigo busca analisar a condução

da política externa da República Democrática Federal da Etiópia desde a Revolução de 1974 até o primeiro ano da administração de Abiy Ahmed Ali, investigando no processo ao que se deve a ascensão regional da Etiópia no chifre africano. Mediante revisão bibliográfica, infere-se que esse processo de reabertura política ocorre pelas necessidades de desenvolvimento nacional e pela ascensão de um novo partido ao cargo de primeiro-ministro.

As variáveis de análise para verificar essa hipótese seriam (i) o ritmo de crescimento econômico do país nas últimas décadas, (ii) a aproximação com a China, (iii) investimentos estrangeiros no país, (iv) pacotes de privatização, (v) reaproximação diplomática com vizinhos e (vi) ofensivas diplomáticas. Conclui-se de maneira assertiva que desde o término da administração Meles Zenawi, em 2012, a Etiópia passou por uma fase de maior abertura na condução de sua política externa justamente pela necessidade de subsídios ao desenvolvimento nacional. Finalmente, este trabalho se justifica em função de seu esforço em entender um fenômeno político recente na dinâmica interestatal do Leste Africano.

As Revoluções Etíopes e o legado do Derg

De 1941 a 1974, a Etiópia foi governada, ininterruptamente, por Hailé Selassié, sucessor do Império Etíope. Selassié, após a retirada das tropas italianas na Segunda Guerra Mundial, buscou restaurar o *status quo ante*, tentando conservar as estruturas arcaicas da monarquia etíope, apoiando-se em líderes fundiários locais, no clero e no apoio internacional do bloco capitalista, no contexto da Guerra Fria. No entanto, a partir de 1973, os alicerces arcaicos da monarquia ruíram com o início da recessão internacional de 1974 (Tareke 2009; Visentini 2012).

Se o ano de 1973 representou a ascensão do Terceiro Mundo com o processo inflacionário internacional das *commodities*, não o foi para o caso específico da Etiópia. De fato, o comércio exterior etíope sempre esteve baseado em produtos primários – como café, couro bovino, khat⁴ e ouro –, mas no ano de 1973 um longo período de estiagem afetou toda a faixa pastoril do Sahel africano – sobretudo a Etiópia –, e quando a instabilidade financeira do Choque Nixon convocou a periferia para reclamar a deterioração dos termos de troca, a Etiópia havia perdido grande parte de sua safra anual.

4 Entorpecente estimulante semelhante à anfetamina. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a considera uma droga que causa dependência química, fato que levou muitos países a controlarem sua comercialização.

Em um primeiro momento, o imperador etíope, Hailé Selassié, não procurou ajuda internacional, receoso de que uma imagem da Etiópia fragilizada fosse uma oportunidade de os vizinhos regionais se projetarem sobre o país. O descaso do imperador para com o quadro crítico – que custou a vida de 300 mil etíopes – não ficaria impune (Droz e Rowley 1993).

Neste contexto de apatia política, um comitê revolucionário (Derg), surgido de dentro da cúpula das Forças Armadas, que fazia frente às estruturas arcaicas, articulou um golpe contra a monarquia de Selassié em setembro de 1974. Selassié tentou negociar o poder e protelar o fim da monarquia, mas, em 12 de setembro, o parlamento foi dissolvido, e o próprio Imperador Hailé Selassié deposto e exilado. Aparentemente confusas e apáticas, as movimentações políticas de 1974 representaram o completo desgaste da monarquia etíope, alicerçada nas estruturas arcaicas de uma aristocracia feudal e de uma estrutura política moderna. Neste âmbito, as pressões populares não tinham direção e liderança para convocar um movimento unificado contra o *status quo* – porém, as Forças Armadas tinham. As Forças Armadas sempre estiveram na vanguarda de questionamento das contradições políticas e econômicas da monarquia, e desde meados de 1960 faziam oposição ao imperador (Schwab 1985; Visentini 2012).

Em dezembro de 1974, o Derg apresentou as Diretrizes Políticas sobre o Socialismo Etíope (*Ethiopian Tikdem*), nas quais figuram a coletivização do campo, a nacionalização de todos os bancos, de 13 seguradoras e de cerca de 70 indústrias, bem como a criação de um partido de vanguarda. A medida de maior impacto, sem dúvidas, foi a profunda reforma agrária que o comitê empreendeu. De fato, toda a economia e sociedade etíopes estavam baseadas no setor primário e, desta forma, o Derg necessitava de apoio das comunidades camponesas, além de solapar a aristocracia feudal (Tareke 2009; Visentini 2012).

É notável que, de 1974 a 1977, instaura-se um vácuo de poder na política etíope, o qual reverbera para toda a região oriental africana. Em 1974, a insuficiências do governo revolucionário levou a uma disputa interna pela preponderância política dentro do próprio comitê de vanguarda. Neste ínterim de três anos, a ascensão do amhara Mengistu Hailé Mariam foi patrocinada pela ala mais radical do Derg. Este impasse político de três anos se deu justamente pela indecisão do comitê entre qual política adotar ao regime. Embora fosse um regime declaradamente socialista desde 1974, ainda não havia consenso, dentro do comitê, se a linha marxista-leninista seria tomada, fato que mudaria toda a política externa do país (Schwab 1985; Visentini 2012).

Desde 1953, a Etiópia mantinha laços militares com os Estados Unidos e Israel, ambos desejosos de um Estado etíope estável e conservador que eliminasse a ameaça comunista, por anseio dos EUA, e o nacionalismo árabe, por anseio de Israel. Ademais aos adversários em comum, os EUA viam a Etiópia como um Estado capaz de manter a ordem no Chifre Africano, uma vez que desconfiavam da instabilidade política da Somália. O ano de 1977, contudo, marca o ponto de inflexão da política externa etíope – pelo menos momentaneamente. No começo de 1977, a Etiópia, ao aderir à doutrina marxista-leninista, rompe com os EUA (Visentini 2012).

Em julho do mesmo ano, a revolução começa a reverberar por toda a região: a Somália de Siad Barre invade a porção meridional da Etiópia, no intuito de constituir uma grande Somália, congregando as minorias étnicas no deserto de Ogaden. Tais minorias étnicas, no entanto, já consistiam focos de resistência à Addis Abeba há muito tempo, e, portanto, a invasão somali de 1977 foi uma tentativa oportunista de Siad Barre de apoiar estes focos de resistência e expandir as fronteiras da Somália (Schwab 1985).

Aparentemente indefeso, em função da instabilidade provocada pelos grupos internos, o Derg conseguiu se defender das hostilidades estrangeiras, apoiando-se em um novo aliado: a União Soviética (URSS). A adoção do marxismo-leninismo como doutrina do socialismo e da revolução etíopes tinha um caráter de projeção da política externa. A URSS, desejosa de uma aliada política mais estável na região do chifre africano, apoiou o regime de Mengistu para construir o novo Estado etíope. Em um primeiro momento, assessores soviéticos e cubanos tentaram conciliar os dois beligerantes – haja vista que Siad Barre era adepto do socialismo e aliado soviético desde 1969. Porém, sentindo-se traído pelos interesses conflitantes, em novembro de 1977, Barre expulsa os assessores soviéticos e cubanos e rompe com o bloco socialista. Concomitantemente, a relação diplomática, e militar, entre a Etiópia e a URSS recrudescer. Em março de 1978, graças ao apoio logístico e material soviéticos e de 16 mil soldados cubanos, as forças etíopes expulsaram as forças invasoras somalis (Schwab 1985; Visentini 2012).

Entrementes aos problemas meridionais, a Etiópia também enfrentava focos de resistência internos. A província eritreia, antiga colônia italiana anexada pela Etiópia após a Segunda Guerra Mundial, se aproveitou do vácuo político para se reerguer contra a ocupação etíope. A Eritreia, de certa forma, sempre constituiu um Estado díspar da Etiópia. Apesar de o litoral no Mar Vermelho estar sob domínio etíope por alguns séculos, as diferenças étnicas agravaram as diferenças entre etíopes – de maioria amhara e tigrinos cristãos – e eritreus – de maioria tigrinos cristãos e muçulmanos, influenciados pelo

jugo otomano. Logo, a estrutura política eritreia desejava de se emancipar era formada de dois pilares de identificação: a herança colonial otomana e italiana, e as diferenças étnico-religiosas. Ademais, o conflito etíope-eritreu, a partir da década de 1980, ganhou contornos de mais uma guerra por procuração no contexto da Guerra Fria no continente africano. De um lado, os insurgentes eritreus eram apoiados por EUA, China, Somália, Sudão e Síria, e, por outro lado, a Etiópia era apoiada unicamente por URSS, Coreia do Norte e, em menor medida, Israel (Pool 1998; Visentini 2018).

Neste contexto que, em 1977, a EPLF (*Eritrean People's Liberation Front*, na sigla em inglês) controlou boa parte do interior da província eritreia, enquanto que Mengistu, intransigente quanto à fragmentação política de seu país, controlava apenas a capital Asmara e os portos estratégicos de Massawa e Assab (Schwab 1985). Este cenário, todavia, mudaria com o suporte soviético. A URSS não deixaria o poder central etíope perder sua saída para o mar, justo porque isto significaria a perda de um ponto estratégico no Mar Vermelho. Apoiados pela logística soviética, as forças etíopes, de 1978 a 1982, contiveram as insurreições eritreias (Pool 1998).

A situação do regime socialista etíope começou a erodir em 1984. Neste ano, mais uma seca devastou o campo, demonstrando a fragilidade das políticas de reforma agrária do Derg. De 1985 a 1991, a situação se tornou insustentável, uma vez que o auxílio soviético se dissipou por conta da própria ruína do bloco socialista e da escalada militar que os conflitos internos à Etiópia estavam tomando. De 1985 a 1989, o EPLF retomou boa parte do território eritreu e, ademais às vitórias militares, aliou-se a milícia guerrilheira TPLF (*Tigray People's Liberation Front*, na sigla em inglês), a qual era interna ao território etíope e representante da minoria étnica tigrina, a fim de ambas derrubarem o autoritarismo de Mengistu. Em maio de 1991, Mengistu Hailé Mariam fugiu de Addis Abeba, ao passo que a união do EPLF-TPLF marchou vitoriosa sobre a capital etíope. Desta união de grupos guerrilheiros surgiu a EPRDF (*Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front*, na sigla em inglês), que, desde então, foi hegemônica no parlamento e nas estruturas do Estado etíope (Visentini 2012).

No que tange às descontinuidades, a Revolução de 1974 logrou destruir muitas das estruturas arcaicas da monarquia, como o poder da nobreza feudal e a complacência da política externa etíope com as potências capitalistas. Decerto, a revolução robusteceu a política externa etíope, a qual, após 1974, buscou ser mais incisiva nas questões regionais e diplomática com as potências estrangeiras, dando-lhe um teor mais independente – diferentemente da complacência de Selassié. Na esfera econômica, o Derg obteve êxito

na organização urbana ao administrar associações de proletários – *kebelles* – que corresponderiam à ascensão do industrialismo de Estado (Schwab 1985), e na educação pública, área na qual foi aplicada uma profunda reforma estudantil, em 1980, com vistas à alfabetização – reforma que, inclusive, foi reconhecida pela UNESCO com o Prêmio da Associação Internacional Literária para Alfabetização (Halliday e Molineux 1981). Embora a coletivização do campo tenha se mostrado nefasta em 1984 com o começo da Grande Fome, tal reforma agrária serviu para encetar o fim do feudalismo aristocrático e o começo da urbanização. Desde o início da revolução, portanto, pode-se notar três variáveis: (i) desenvolvimento nacional e transformação socioeconômica; (ii) mudança de orientação na política externa e (iii) alta ofensiva diplomática.

De Meles Zenawi a Hailemariam Desalegn: a reconstrução nacional

De fato, um dos legados do Derg perseverou ao tempo: o autoritarismo. A figura de autoridade, contudo, já é uma característica intrínseca às estruturas da política etíope desde os imperadores axumitas. Mas, particularmente este legado, o Derg não só não soube dissolver, como, de certa forma, utilizou-se dele para equilibrar seu poder. A figura que marca esta continuidade do legado de 1974 é, sem dúvida, Meles Zenawi. Zenawi foi um dos mais proeminentes líderes do TPLF, um guerrilheiro tenaz e resoluto à causa tigrina, e responsável por conduzir o Derg à sua ruína em maio de 1991. A partir de então, Zenawi, e o grosso das elites políticas da EPRDF, conduziram a Etiópia a processos internos e externos à política nacional (Dias 2013). Dentro das variáveis de análise, o ritmo de crescimento do país durante os anos 1990 foi baixo e, igualmente, com baixa participação dos setores privado nacional e estrangeiro; devido ao fim das tensões da Guerra Fria, a África como um todo foi posta à margem da alta política internacional; a Etiópia enfrentou problemas com seus vizinhos no chifre africano, maculando a imagem diplomática do país (Visentini 2018).

Internamente, as elites políticas da EPRDF buscaram, mediante incremento das capacidades estatais, implantar um projeto de fortalecimento do Estado, a partir da promoção de reformas que visavam a integração do país, a fim de se evitar o esfacelamento da pátria, como parecia, à época, que todo o chifre africano estava fadado. Segundo a Constituição de 1995, vigoraria no país um regime de federalismo étnico em que, tanto a liberdade de culto quanto o direito à autodeterminação dariam maior voz ao amálgama de

povos que a Etiópia sempre fora. As regiões passariam a ser dominadas de acordo com a etnia local predominante, e sua língua oficial seguiria de acordo com a maioria. Embora o artigo 39 da Constituição resguardasse esse direito implícito de secessão, Zenawi buscava formar um Estado coeso, usando como pretexto a representação das minorias – haja vista que ele mesmo era representante da minoria tigrina (Dias 2013; Haggmann e Abbink 2011).

No âmbito econômico, o governo Zenawi buscou se acomodar à ordem global em busca de investimentos e acordos de comércio favoráveis, que garantissem a recuperação e o desenvolvimento da economia doméstica. Nesse sentido, em 1991, a economia centralmente planejada foi abandonada e teve início o processo de liberalização econômica. Em 1994, a EPRDF anunciou um Programa de Desenvolvimento Quinquenal com o objetivo de melhorar a infraestrutura e as condições para a realização de investimentos e que contava com a assistência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O programa se concentrou especificamente em projetos de saúde, educação, agricultura, construção de rodovias e mineração (Clapham 2006; Vestal 1999).

Na esfera securitária, o país incrementou significativamente suas capacidades estatais, o que gerou impacto positivo em sua política externa e de segurança, a partir dos anos 2000. Além disso, mantinha-se o primado da segurança nacional, com atenção especial aos desafios de segurança produzidos pelos grupos insurgentes internos e pelos países vizinhos patrocinadores dos *proxies*. Nesse contexto, foi construído um forte aparato coercitivo e repressivo interno para conter as ameaças internas dos grupos insurgentes remanescentes, capaz de garantir a integridade territorial e a defesa externa do país. Assim, apesar dos amplos programas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) colocado em prática, a Força Nacional de Defesa Etíope (*Ethiopian National Defense Force*, ENDF, na sigla em inglês) foi formada pela integração do braço armado da EPRDF e de elementos das forças do Derg, baseado na representação equitativa das nações, nacionalidades e dos povos etíopes (Cardoso 2020; Vestal 1999).

Externamente, a queda do Derg em 1991 provocou mais um rápido vácuo de poder que abalou todo o chifre africano, provando, novamente, de que a Etiópia é o pilar de toda a região. Logo em janeiro de 1991, o regime de Siad Barre na Somália, desassistido de qualquer auxílio externo, não aguentou a pressão das disputas internas e colapsou, fragmentando-se em lutas entre senhores da guerra (*warlords*). Toda a parte meridional da Somália – antiga administração italiana – foi tomada por uma convulsão social, enquanto que a parte setentrional – antigo protetorado britânico (Somalilândia) – se

autoproclamou independente e manteve relativa estabilidade política, porém com pouco reconhecimento internacional (Visentini 2012). Desde 1991, ocorreram tentativas de se reestabilizar a porção meridional do país, levado a cabo por diferentes atores. Pode-se citar, por exemplo, a ONU, em resposta à intensificação do conflito e o agravamento da crise humanitária, estabeleceu a Operação das Nações Unidas para a Somália (UNOSOM I) em 1991, com o mandato de garantir a distribuição de alimentos para a população e monitorar o acordo de cessar-fogo entre as facções combatentes. Contudo, a UNOSOM I não logrou restabelecer a ordem no país (Schmidt 2018).

Neste cenário instável no Chifre da África, sobressai-se um projeto político regional que, embora à primeira vista não aparente, no limite ambiciona desenvolver economicamente toda a região do chifre africano: a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (*Intergovernmental Authority on Development*, IGAD, na sigla em inglês) (Visentini 2018). A IGAD foi mais um legado do Derg, fundado em 1986 para combater a estiagem endêmica da região do Sahel. Este é, de fato, um dos fatores mais endêmicos para a desestabilização socioeconômica do chifre africano (Pereira 2007). Dentro da análise das variáveis deste artigo, é interessante pontuar que a IGAD foi um passo em direção à reaproximação com os vizinhos etíopes, um forte componente de ofensiva diplomática e uma tentativa de desenvolvimento regional conjunto.

Neste sentido que primeiramente foi fundada a Autoridade Intergovernamental para a Seca e para o Desenvolvimento (*Intergovernmental Authority for Drought and Development*, IGADD, na sigla em inglês) em 1986 por Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda. Um primeiro movimento em direção à integração é sinalizado pelo governo nacionalista de Mengistu e pelos demais Estados da região preocupados com a economia primária. A integração regional, em seu estágio embrionário, parecia demonstrar uma preocupação paliativa, mas tinha objetivos de estabilização e desenvolvimento econômico, haja vista as revoluções sociais e econômicas que Estados como Etiópia estava passando. Entretanto, a desestabilização da região ia além da endêmica estiagem do Sahel, tendo em vista que a partir de 1991 a região passou a contar com a desestabilização política e militar dos Estados da Somália e do Sudão, e posteriormente, da Eritreia, em 1998, quando entrou em rota de colisão com a Etiópia (Visentini 2012; 2018).

Em 1994, a IGADD foi renomeada para Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) aumentando seu escopo de atuação, incluindo temas securitários e de defesa na região, além de desenvolvimento econômico, comunicações e transportes. Sendo assim, a integração regional

do Chifre da África tem ímpetus de desenvolver-se economicamente, congregando polos de economia dinâmica – como a Etiópia e o Quênia –, mas antes precisa unir-se em prol da paz e da segurança. Uma análise eclética possibilita verificar que tal integração securitária tem vistas, de fato, à união de mercados nacionais, haja vista que os polos econômicos da região, além de contar com ajudas externas chinesa e estadunidense, necessitam escoar a produção para os Estados vizinhos. A estabilização é o meio lógico para atingir o fim econômico prático (Cardoso 2016; Visentini 2018).

Sendo assim, desde 2002, IGAD que integra os Estados do chifre africano⁵ tentou instalar um governo de transição na Somália para estabilizar a região. O *Transitional Federal Parliament* (TFP) foi criado em 2005 para ter tal incumbência, que, no entanto, logo em 2006 enfrentou a resistência dos senhores da guerra. A Etiópia buscava desde 1977 conter o expansionismo somali e, sobretudo, manter todo o chifre africano, de maneira estável, sob seu guarda-chuva. Na administração Zenawi, com a emancipação eritreia em 1993, a subsequente perda da saída para o mar e o início de conflitos com a Eritreia em 1998, aumentou-se a dependência em relação ao Djibuti como um parceiro do comércio exterior etíope – os dois países são conectados por uma linha férrea desde a época da administração francesa do Djibuti. Neste intuito que, em dezembro de 2006, a Etiópia interveio no país vizinho para dar apoio ao TFP e buscar estabilizar toda a região. No entanto, mesmo contando com apoio diplomático, logístico e militar dos EUA, a Etiópia não logrou asseverar a paz no país vizinho, sendo forçada a se retirar no começo de 2009⁶, em cumprimento do Acordo de Paz de Djibuti firmado em 2008 (Cepik e Schneider 2010).

Novamente, o vácuo de poder do Derg de 1991 reverberou em outra direção: a Eritreia. Zenawi – ex-integrante do TPLF – ascendeu ao poder com auxílio do EPLF e, portanto, acenou positivamente à Eritreia, que em 1993, após um referendo popular, optou pela emancipação política. Em 24 de maio de 1993, o Secretário-Geral do EPLF, Isaias Afewerki, é eleito presidente eritreu, o qual perdura até a atualidade como líder incontestado. Da independência até 1998, Zenawi e Afewerki mantiveram relações amistosas, até que impasses políticos acerca de disputas fronteiriças e o uso compartilhado, entre os dois países, dos portos de Massawa e Assab levaram as nações ao conflito armado, em 1998. Ambos desgastados pelo conflito negociaram a paz em

5 Eritreia, Etiópia, Djibuti, Quênia, Somália, Sudão e Uganda eram membros em 2002.

6 O governo etíope voltou a enviar tropas para Somália em 2014 no âmbito da *African Union Mission in Somalia* (AMISOM). Atualmente o país possui cerca de 4.395 contingentes na AMISOM (Cardoso 2020).

2000 e submeteram a disputa fronteiriça à arbitragem da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em 2002, a Comissão de Fronteiras da Etiópia e da Eritreia deu caso favorável à Eritreia e determinou que a ocupação etíope da cidade de Badme era ilegal. Meles Zenawi não acatou a decisão da CIJ, e ambos os Estados permaneceram sem um tratado de paz formal, até 2018 (Maru 2017; Visentini 2012). Fica patente ainda o legado do Derg de animosidade frente aos Estados vizinhos, dificultando a projeção diplomática do Estado etíope.

Após o encerramento formal da guerra contra a Eritreia, o governo etíope colocou em prática um programa de reformulação da sua política externa e de segurança, visando dar respostas mais assertivas ao novo contexto regional e internacional. Já em 2002, o governo elaborou um Livro Branco (a *Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy of Ethiopia*, FANSPS, na sigla em inglês), que reestruturou os conceitos e a abordagem da política externa e de segurança do país. O documento definia que a política externa e de segurança etíope deveria seguir o princípio de *Círculos Concêntricos*, que estabeleceram as prioridades e os posicionamentos do país nos diferentes âmbitos da política regional. De acordo com o documento, podemos perceber três *Círculos Concêntricos*: o primeiro, mais amplo, seria o antagonismo com o Egito⁷ e as preocupações quanto a um Estado islâmico militante na região. O segundo seria composto pelos demais países vizinhos, que poderiam ameaçar o país imediatamente, por meio de invasões ou de desestabilização, via patrocínio de grupos insurgentes (*proxy*). Por fim, terceiro, o círculo mais interno, se refere aos países com os quais a Etiópia possui disputas fronteiriças não resolvidas (Ethiopia 2002; Mohammed 2007).

Em consonância com os princípios contidos na FANSPS, a Etiópia projetou forças sobre o conflito civil que ocorria no Sudão nas regiões de Darfur – desde 2007 – e de Abyei – desde 2011. Neste contexto, o país participa das operações da UNISFA (*United Nations Interim Security Force for Abyei*) com 3.900 efetivos, com 1.900 contingentes na UNAMID (*United Nations-African Union Mission in Darfur*) e com 2.158 efetivos na UNMISS (*United Nations Mission in South Sudan*)⁸. Demonstra-se mais uma vez que a estabilização de seus territórios contíguos e a ofensiva diplomática, sempre

7 O Egito possui um papel central nas estratégias de política externa e de segurança da Etiópia. Reflexo disso pode ser encontrado na FANSPS que dedicada onze páginas ao país (Maru 2017).

8 Desde janeiro de 2016, a Etiópia ocupa a primeira posição do ranking de países contribuintes de tropas (TCCs) para as Operações de Paz da ONU, em nível mundial. Atualmente, Adis Abeba possui cerca de 7.554 contingentes em três Operações de Paz das Nações Unidas (UNISFA, UNMISS e UNAMID), além de cerca de 4.385 efetivos na missão da UA na Somália (AMISOM) (Cardoso 2020).

foram uma política compartilhada entre líderes etíopes. Em linhas gerais, a política externa de segurança e de defesa etíope durante o governo de Meles Zenawi foi guiada por um conjunto de princípios “de defesa nacional” contidos na Constituição de 1995, os quais foram reforçados no Livro Branco publicado em 2002 (Dias 2013; Woodward 2013).

Em 20 de agosto de 2012, o primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, faleceu devido a complicações infecciosas. Imediatamente, Hailemariam Desalegn, vice-Secretário-Geral do EPDRF, sucede-o para a chefia do governo. Zenawi representava uma das continuidades da ruptura do Derg. Com sua morte, um processo de reformas institucionais no Estado etíope começa a tomar corpo. Em um primeiro momento, no entanto, a escolha de Desalegn como sucessor de Zenawi foi resultado de um cálculo político pouco ruminado: primeiro de tudo, era preciso manter o equilíbrio do federalismo étnico da Constituição de 1995 – Desalegn era tigrino, minoria setentrional; em segundo lugar, Desalegn era a escolha óbvia para suceder Meles Zenawi – haja vista que Desalegn era vice-Secretário-Geral do partido preponderante do parlamento etíope (Dias 2013).

De 2012 a 2018, no entanto, Desalegn se mostrou, no campo da política externa, mais hábil que seu antecessor. Com apoio da China – a qual ofereceu empréstimos a juros baixos –, Desalegn empreendeu a modernização do complexo energético do país, além de procurar alternativas à logística de comércio exterior ao promover acordos bilaterais com Quênia, Djibuti e Somalilândia. Neste intuito, Desalegn empreendeu, mediante a IGAD, a construção de ferrovias, de rodovias e de um oleoduto por meio de um corredor Juba-Lamu – conhecido como *Corridor of Lamu Port-South Sudan-Ethiopia*, ou LAPSSSET, na sigla em inglês –, que ligará os poços de petróleo sul-sudaneses e o porto queniano de Lamu, passando por território etíope (Cardoso 2020; Visentini 2018). Ademais aos trabalhos de infraestrutura, Desalegn também é creditado por manter a economia etíope em um crescimento acima de dois dígitos em 2013 (10,5%), 2014 (10,2%) e 2015 (10,3%) (World Bank 2020).

No escopo das variáveis deste trabalho, Desalegn fez uma administração que acelerou o ritmo de crescimento econômico do país, aproximação com a China, atração de capital estrangeiro, reaproximação parcial com os vizinhos do chifre africano e ainda uma tímida ofensiva diplomática. No âmbito regional, pode-se citar, por exemplo, a criação de diversos fóruns e parcerias para auxiliar na construção da capacidade de segurança do Sudão do Sul, discutindo e resolvendo as ameaças securitárias comuns. A Etiópia também tem treinado oficiais do Exército Sul Sudanês (*South Sudanese Army*, SSA, na sigla em inglês), pilotos, especialistas técnicos e engenheiros em Adis

Abeba e tem enviado oficiais e especialistas em segurança para Juba, a fim de apoiar o processo de transformação do SSA. Por sua vez, o Sudão do Sul comprou armas leves e munições, bem como tanques reformados e outros equipamentos militares da Etiópia (Cardoso 2020; Makonnen e Lulie 2014).

O rápido crescimento da economia etíope na última década, com expansão dos setores de serviços e de agricultura, contribuiu para o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura e para o incremento da interdependência entre Adis Abeba e os seus vizinhos. Como exemplo, pode-se citar, o aumento do volume de investimentos privados etíopes nos Estados vizinhos, particularmente no Sudão, Sudão do Sul, Djibuti e no Quênia, nos setores de energia e de transporte. Isso contribuiu também para aumento das demandas etíopes em relação ao uso dos portos da região, sobretudo do Djibuti, para o seu comércio externo. Nesse contexto, o governo etíope modernizou recentemente a ferrovia que liga Adis Abeba ao Djibuti, e vêm expandindo a rede de rodovias capilarizadas de acesso ao interior do país, com planos para expandir também a rede ferroviária interna (Cardoso 2020).

Em suma, isto demonstra que Hailemariam pode ter encaminhado o processo de reformas institucionais, embasando-se em uma diplomacia mais conciliadora com seus vizinhos e com um projeto de parque industrial mais amplo e moderno. No entanto, seu desempenho enquanto primeiro-ministro etíope se mostrava como um entrave do processo político que se encaminhava, fator que o levou a renunciar à sua condição em 15 de fevereiro de 2018⁹ (Dias 2013).

Abiy Ahmed Ali: a ascensão regional

De fato, a ascensão de Abiy Ahmed Ali ao cargo de primeiro-ministro etíope, em 2 de abril de 2018, marca o triunfo das reformas política e econômica. Abiy, de ascendência oromo¹⁰, empreende uma política externa ainda mais conciliatória e proativa do que de seus antecessores. Fato que consoma o exposto é o Acordo de Paz de 9 de julho de 2018 entre Etiópia e Eritreia, o qual encerrou 16 anos de uma paz mal negociada entre os dois países e

9 Um dos motivos que levaram à renúncia de Hailemariam Desalegn foram os protestos populares contra o governo que tiveram início em 2015, resultando em uma grave crise política com profundas implicações para a política interna e externa do país. Em linhas gerais, as lideranças dos movimentos pediam reformas políticas e sociais, uma maior participação política e criticavam os supostos privilégios da elite tigrina (Cardoso 2020).

10 Oromo é a maioria étnica no sul do país, que durante séculos foi subjugada aos interesses do norte do país.

rendeu a Ali as honras do 100º Nobel da Paz, em 2019. Esta atitude, em consonância com outros acordos bilaterais com Estados fronteiriços banhados pelo Índico, é o reflexo da necessidade da Etiópia em participar do comércio internacional e de se projetar na região do chifre africano como um componente basilar da paz e da estabilidade (Reuters 2018).

Em consonância e continuidade com seu predecessor, Ali (i) estreitou laços com a China para (ii) atrair capital estrangeiro no intuito de continuar com projetos de infraestrutura e modernização, como a Grande Barragem da Renascença Etíope (GBRE), (iii) realizou pacotes de privatização em telecomunicações, transportes, energia e logística, desta forma, (iv) mantendo um bom desempenho econômico em 2018 (6,8%) e 2019 (8,2%) (World Bank 2020). Ademais, como causa e reflexo de subsídios à economia nacional, também engendrou uma reorientação na postura das políticas interna e externa.

Ali, desde sua posse, tomou medidas de reforma interna – como a nomeação da diplomata Sahle-Work Zewde para a presidência honorífica do país em outubro de 2018 – e de integração regional – como a normalização das relações com a Eritreia, em julho, e a aproximação multilateral com Sudão do Sul e com o Quênia para construção de um corredor comercial, e com a Somalilândia para utilização do porto de Berbera (Visentini 2012; 2018).

Na esfera econômica, Ali implementou uma reforma de setores estatais e abriu o capital de empresas nas áreas de telecomunicações, transportes, energia e logística. Por um lado, setores estratégicos ainda serão mantidos com 51% das ações sob o controle do Estado – tais como a *Ethiopian Airlines*, serviços de Internet e energia –, entretanto, setores menos estratégicos poderão ser completamente privatizados – tais como ferrovias, parques industriais, hotéis, etc. (Maasho 2018; Saigal 2018). Ali realiza este movimento para manter a solvência externa do país e impulsionar o crescimento, inclusive, abrindo o primeiro mercado de capitais do país a partir de 2020 (Zekele 2019).

No campo da cooperação regional, o que se observou foi um aprofundamento significativo dos projetos econômicos nos setores comerciais, de telecomunicações, de transportes, de habitação e de energia. Cabe salientar que antes mesmo da ascensão política de Ali, o crescimento econômico do país colhia os frutos das administrações anteriores, seja na expansão da agricultura ou com o aumento significativo dos investimentos públicos, o que levou a Etiópia a ampliar o volume de suas aplicações privadas no Sudão, Sudão do Sul, Djibuti e no Quênia. Além de acordos entre Adis Abeba e Juba, nas áreas citadas anteriormente, e do estabelecimento de voos regulares entre a Etiópia e o Sudão do Sul pela *Ethiopian Airlines*, corporações financeiras

como o Banco Comercial da Etiópia (CBE) e o *United Bank* (UB) começaram a operar no país vizinho. O Estado etíope, que já fornecia eletricidade (desde 2011) e água potável (desde 2014) para o Djibuti, fortaleceu esta transmissão de abastecimento, a qual transporta diariamente cerca de 100.000 metros cúbicos de água (Cardoso 2020).

Neste sentido, de necessidade do desenvolvimento nacional, que, desde 2003, as taxas de crescimento da economia etíope são as segundas maiores de todo o continente africano. Além disso, a população do país é uma das maiores do continente e uma das que mais cresce anualmente (Visentini 2007). Somam-se estes dois fatos às mudanças climáticas que vêm ocorrendo no mundo desde os anos 1950, o controle de água pelo governo etíope se torna uma de suas prioridades de plano quinquenal. É neste aspecto que a administração Ali, desde 2018, realiza uma ofensiva diplomática, junto a uma reaproximação com seus vizinhos, para garantir os interesses nacionais, tais como a construção da maior hidrelétrica do continente africano, a Grande Barragem da Renascença Etíope (GBRE), com a capacidade de produção de 6.000 MW, que irá fornecer energia elétrica barata não só para a Etiópia, mas também para o Sudão, Sudão do Sul, Djibuti, Quênia e Egito. No entanto, a construção de tal barragem engendra até os dias atuais uma disputa internacional com os demais países ribeirinhos a jusante (Cardoso 2020; Rahman 2012).

Logo em 2010, o governo Zenawi anunciou que estaria prevista a construção de uma barragem no Nilo Azul – rio tributário do Nilo que tem sua nascente no planalto etíope –, fato que causou controvérsias aos governos de países banhados pelo Nilo a jusante – sobretudo o governo egípcio. Em 2014, as obras da GBRE, a despeito do lobby egípcio, foram encetadas com auxílio de capital chinês. Após três anos de obras, tendo 60% de suas instalações concluídas, o governo egípcio ainda contesta a arbitrariedade do governo etíope (Rahman 2012).

A disputa energética das águas da Bacia do Nilo remonta ao início do século XX, quando acordos entre os países ribeirinhos e o Reino Unido foram discutidos em 1902, mas pouco foi firmado formalmente. Em 1922, o Egito conseguiu emancipar-se da Inglaterra, aproveitando-se da fragilidade da metrópole após a Primeira Guerra Mundial. Neste intuito, em 1929, o Egito firma um tratado com a Inglaterra, que concede liberdade e monopólio irrestritos para deliberar a respeito das questões econômicas e energéticas do rio Nilo. Em 1956, o Sudão logra emancipar-se igualmente da antiga metrópole e, habilmente, o governo de Nasser negocia as questões de compartilhamento da exploração econômica e energética do rio Nilo em um tratado

de 1959, o qual divide a possibilidade de uso das vantagens hídricas entre os dois Estados. Observa-se, até aqui, que o uso da bacia do Nilo como fonte de recursos energéticos tem sido um quase monopólio das antigas colônias britânicas que estavam diretamente banhadas ao rio principal, enquanto que os demais Estados rio acima foram excluídos das negociações diplomáticas, seja porque ainda eram colônias – e, portanto, nações não soberanas –, seja porque eram Estados sem condições econômicas de explorar o uso da energia hídrica (Maupin 2016; Rahman 2012).

Sendo assim, desde fevereiro de 1999, os Estados a montante do rio Nilo congregaram-se para reclamar seu direito de uso do rio e contestar o suposto direito arbitrário de veto do Estado egípcio. Etiópia, Quênia, Ruanda, Burundi, Tanzânia e Uganda fazem frente à posição hegemônica que o Egito toma na foz do Nilo e, juntos, formam a *Nile Basin Initiative* (NBI), um mecanismo regional de diálogo e de gerenciamento d'águas do rio. É notável que o Estado egípcio desfrute de uma situação cômoda, herdada do período colonial inglês, a qual perpetua há quase um século. Apenas recentemente, com a organização dos Estados africanos banhados pelo rio Nilo é que o *status quo* é questionado. As medidas etíopes, no entanto, não podem ser premeditadas e inconsequentes, haja vista que a GBRE, quando concluída, demorará 10 anos para encher seu reservatório, período o qual os países rio abaixo perderão em vazão de água. Ademais ao enchimento da barragem, a formação do lago da barragem etíope causará perdas permanentes aos países a jusante, em função do aumento da evaporação natural de água pela superfície de contato (Rahman 2012).

Ali tem se movido de maneira contumaz para assegurar os interesses nacionais frente à hegemonia egípcia. Entretanto, até o momento, a disputa diplomaticamente a respeito do uso do potencial hídrico do rio Nilo ainda não foi resolvida entre Egito, Sudão e Etiópia. Do ponto de vista regional, Ali obteve ainda outras vitórias, tais como a paz com Eritreia, modernização da ferrovia Etiópia-Djibuti e acordos bilaterais de uso dos portos do Sudão, da Somalilândia e do Quênia. É notável que a falta de acesso ao mar dificulte o desenvolvimento etíope e, neste intuito, Ali busca se reaproximar dos vizinhos para assegurar alternativas para escoar subsídios ao desenvolvimento nacional (Visentini 2018).

Ainda do ponto de vista regional, Etiópia se utiliza muito da IGAD para manter a paz regional e, assim, atingir finalidades de desenvolvimento e cooperação. No tocante ao aspecto securitário da IGAD, não se pode, simploriamente, caracterizá-la como um equilíbrio de poder regional, haja vista que não há inimigos externos, mas sim internos. Em uma abordagem securitária

defensiva, os atores regionais unir-se-iam em prol da defesa de uma ameaça maior que busca ampliar poder. No entanto, a percepção de ameaça no chifre africano se dá por parte de conflitos localizados – falência do Estado somali, guerra civil sul-sudanesa, terrorismo etc. – e de Estados contestadores – Eritreia de Afewerki e Sudão de al-Bashir. A segurança coletiva pode, até certo ponto, se configurar como uma balança de poder em relação à Eritreia e ao Sudão, uma vez que a integração garanta a coesão da região, impedindo que os membros busquem o uso da força para resolver litígios, ao invés de soluções pacíficas (Visentini 2018).

A IGAD, após a desestabilização da região em 1991, focou seus esforços em uma agenda securitária. Devem ser destacados aqui 4 fatores regionais que ameaçam o desenvolvimento econômico do Chifre Africano: (i) a falência do Estado somali e sua fragmentação política interna; (ii) a beligerância do Estado eritreu, comandado por Isaias Afewerki desde a independência do país; (iii) a guerra civil sudanesa que conduziu, em 2011, à independência da porção meridional do país e (iv) a presença de grupos terroristas, os quais formaram milícias armadas opositoras aos governos da região – entre elas, destaca-se *al-Shabaab*. Neste sentido, que a IGAD, que em um primeiro momento tinha uma agenda ambiental e socioeconômica, se viu insuficiente para minorar os problemas da região, tendo que se mover para um escopo não só mais amplo, mas também mais focado à segurança coletiva do chifre africano (Visentini 2018).

No entanto, a IGAD ainda não empreende muitos projetos no sentido econômico, uma vez que a integração econômica entre os atores regionais só é possível com a harmonização de políticas de comércio e de macroeconomia. De fato, a IGAD possui finalidades econômicas, mas tal fim só é possível com a estabilização política dos conflitos regionais. Sendo assim, a IGAD tem finalidades socioeconômicas de desenvolver a região, mas ainda está em uma etapa de estabilização regional, mediante uma agenda securitária (Visentini 2018).

Finalmente, outro fator da administração Ali foi o recente reatamento das relações diplomáticas com a Eritreia. Ainda nos primeiros meses de seu governo, o Primeiro-ministro etíope reconheceu formalmente a decisão da Comissão de Fronteiras Eritreia–Etiópia (EEBC) de 2002, sobre a demarcação de limites territoriais entre os dois Estados, além de celebrar um novo acordo de paz com o presidente eritreu, Isaias Afewerki, visando ao restabelecimento das relações diplomáticas entre as duas nações e a reabertura de suas fronteiras. Após o reconhecimento das definições da EEBC, em 5 de junho de 2018, autoridades eritreias, como a delegação chefiada pelo ministro das

relações exteriores, Osman Saleh, e etíopes, trocaram visitas oficiais e uma série de compromissos foram firmados, no bojo do Acordo de Paz e Amizade, tais como o encerramento do estado de guerra; a cooperação política, econômica, cultural e securitária, bem como a reabertura de suas embaixadas nas respectivas capitais; o restabelecimento das linhas de comércio, transporte e comunicação; e a cooperação para a promoção da paz e da segurança na região (Cardoso 2020).

Enquanto que, para a Etiópia, a reaproximação simboliza o fim do financiamento de grupos insurgentes e da guerra *proxy* em seu território (ameaças à integridade nacional do país); e a utilização de portos eritreus como alternativas ao porto de Djibuti, para a Eritreia, a normalização das relações diplomáticas com o vizinho possui como pano de fundo o fim do isolamento regional e internacional do país e uma maior participação nos processos de integração em curso na região, com a sua readmissão na IGAD; além da atração de investimentos direto externos para a modernização de sua infraestrutura em setores estratégicos, como o setor portuário, por exemplo (Cardoso 2020).

Até o final de 2018, foram retomados os voos da *Ethiopian Airlines* para Asmara, concedida a utilização dos portos eritreus de Assab e Mas-sawa pela Etiópia, restabelecidas as linhas telefônicas entre os dois Estados e retiradas as tropas de suas fronteiras. Desdobramentos relacionados ao protagonismo diplomático de Ali e à paz entre os dois países foram visíveis também no âmbito regional, e em setembro do mesmo ano, foi assinado um acordo tripartite entre Etiópia, Eritreia e Somália no quadro da estabilidade econômica, política e securitária da região por meio do estabelecimento de um *Joint High-Level Committee*, integrado pelos ministros das relações exteriores dos três Estados. Foram mediados pela Etiópia também, um acordo visando à normalização das relações entre os governos da Eritreia e do Djibuti, rompidas em 2008, após as disputas pela ilha Doumeira; e um encontro entre o presidente sul-sudanês, Salva Kiir, e o líder do Movimento Popular de Libertação do Sudão-Oposição (*Sudan Opposition People's Liberation Movement*, SPLM-IO, na sigla em inglês), Riek Machar, em Adis Abeba (Cardoso 2020).

Conclusão

Como visto, a Etiópia, devido a sua posição geográfica estratégica e suas capacidades, continuou sendo um ator relevante na política regional após 1991, exercendo um papel central para a polarização no Chifre da

África. Após os desgastes de décadas de guerras, a elite política da EPRDF buscou reconstruir as capacidades do Estado para responder de forma mais assertiva aos desafios internos e externos. Assim, desde o início dos anos 2000, o país incrementou significativamente suas capacidades estatais, o que gerou impactos positivos em sua política externa e, por conseguinte, para as dinâmicas política, econômica e de segurança no chifre africano.

Portanto, a política externa etíope no período pós-2000 tem se focado em situações que se vinculam diretamente aos problemas internos e à estabilidade do país. A participação nas Operações de Paz da ONU e da UA nos países vizinhos (Somália, Sudão e Sudão do Sul) e a intervenção militar unilateral na Somália são indicadores que parecem sustentar esta percepção. Além disso, a cooperação com as potências centrais, sobretudo com os EUA, no combate ao terrorismo na região tem refletido essa postura de utilizar a diplomacia de forma pragmática para os interesses nacionais.

Abiy Ahmed Ali está no cargo de primeiro-ministro etíope desde 2 de abril de 2018 e já implementa reformas na política interna, na esfera econômica e na política externa. Desde 1974, com Mengistu Hailé Mariam, a Etiópia fundou as bases de um moderno Estado e, lentamente, de Meles Zenawi a Abiy Ahmed Ali o legado do Derg é transformado, dialeticamente, nas bases de desenvolvimento nacional da Etiópia do século XXI em um movimento caracterizado como reformista por unir e transformar a herança socialista do período revolucionário interna e externamente.

Abiy Ahmed Ali (i) estreitou laços com a China para (ii) atrair capital estrangeiro no intuito de continuar com projetos de modernização (iii) realizou pacotes de privatização em telecomunicações, transportes, energia e logística, desta forma, (iv) mantendo um bom desempenho econômico em 2018 (6,8%) e 2019 (8,2%) (World Bank 2020). Ademais, como causa e reflexo de subsídios à economia nacional, na política externa, Ali (v) reaproximou-se dos vizinhos contíguos, firmando a paz e acordos bilaterais de cooperação comercial, logística e de defesa em uma (vi) ofensiva diplomática visando garantir os interesses nacionais. Estas variáveis reforçam e corroboram a hipótese deste trabalho, e pode-se concluir que as reformas de Desalegn e Abiy ocorrem por uma necessidade de modernização e desenvolvimento nacional, mudando a orientação de política externa do país. Mediante revisão bibliográfica, este artigo, portanto, atinge seus objetivos em elucidar a condução da política externa etíope desde Mengistu Hailé Mariam até Abiy Ahmed Ali, a fim de verificar as causas e processos da modernização do Estado etíope como um fenômeno das reformas empreendidas por Ali. Não obstante, este trabalho se justificou pela necessidade de se entender fenômenos recentes no continente africano.

Referências

- Cardoso, Nilton C. Fernandes. 2016. “Segurança regional e integração no Chifre da África: IGAD e os processos de paz no Sudão e na Somália.” In *A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil*, organizado por Paulo Fagundes Visentini, Eduardo Glaser Migon e Analúcia Danilevicz Pereira. Porto Alegre: NER-INT/UFRGS.
- _____. 2020. *Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças*. Porto Alegre: CEBRAFRICA/CEGOV.
- Cepik, Marco, e Luiza Schneider. 2010. “O Papel da Etiópia no Chifre da África: uma Potência Regional capaz de impor a Paz?” *Revista Conjuntura Austral* 1, no. 1: 19-26. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.16166>.
- Clapham, Christopher. 2006. “Ethiopia.” In *Big African States: Angola, DRC, Nigeria, South Africa, Sudan*, editado por Christopher Clapham, Jeffrey Herbst e Greg Mills, 17-38. Johannesburg: Wits University Press.
- Dias, Alexandra Magnólia. 2013. “A reconstrução da Etiópia e influência regional na era Meles Zenawi.” *Janus Anuário* 2013 (Março): 44-45. http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013_1_18.pdf.
- Droz, Bernard, e Anthony Rowley. 1993. *História do Século XX: 4.ª volume – Crises e Mutações (de 1973 aos nossos dias)*. Tradução de João Fagundes. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ethiopia. 2002. *Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy*. Addis Ababa: The Federal Democratic Republic of Ethiopia. <https://chilot.me/wp-content/uploads/2011/08/national-security-policy-and-strategy.pdf> (acesso em 3 de dezembro de 2020).
- Halliday, Fred, e Maxine Molineux. 1981. *The Ethiopian Revolution*. Londres: Verso Editions and NLB.
- Hagmann, Tobias, e Jon Abbink. 2011. “Twenty years of revolutionary democratic Ethiopia, 1991 to 2011.” *Journal of Eastern African Studies* 5, no. 4: 579-595. <https://doi.org/10.1080/17531055.2011.642515>.
- Maasho, Aaron. “UPDATE 3-Ethiopia opens up telecoms, airline to private, foreign investors.” *Reuters*, June 5, 2018. <https://www.reuters.com/article/ethiopia-privatisation/update-3-ethiopia-opens-up-telecoms-airline-to-private-foreign-investors-idUKL5N1T75Z4?edition-redirect=uk> (acesso em 13 de dezembro de 2020).

- Makonnen, Tewodros, e Halelujah Lulie. 2014. "Ethiopia, regional integration and the COMESA Free Trade Area." *South African Institute of International Affairs (SAIIA) Occasional Paper*, no. 198. <https://saiia.org.za/research/ethiopia-regional-integration-and-the-comesa-free-trade-area/>.
- Maru, Mehari Taddele. 2017. "A regional power in the making: Ethiopian diplomacy in the Horn of Africa." *South African Institute of International Affairs (SAIIA) Occasional Paper*, no. 261. <https://saiia.org.za/research/a-regional-power-in-the-making-ethiopian-diplomacy-in-the-horn-of-africa/>.
- Maupin, Agathe. 2016. "Energy dialogues in Africa: is the Grand Ethiopian Renaissance Dam transforming Ethiopia's regional role?" *South African Institute of International Affairs (SAIIA) Occasional Paper*, no. 228. <https://saiia.org.za/research/energy-dialogues-in-africa-is-the-grand-ethiopian-renaissance-dam-transforming-ethiopia-s-regional-role/>.
- Mohammed, Abdul. 2007. "Ethiopia's Strategic Dilemma in the Horn of Africa." *Social Science Research Council (SSRC)*, February 20, 2007. <https://items.ssrc.org/crisis-in-the-horn-of-africa/ethiopias-strategic-dilemma-in-the-horn-of-africa/>.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2007. "A África pré-colonial." In *Breve História da África*, por Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira. Editora Leitura XXI.
- Pool, David. 1998. "The Eritrean People's Liberation Front." In *African Guerrillas*, editado por Christopher Clapham. Oxford (UK): James Currey.
- Rahman, Majeed A. 2012. "Water Security: Ethiopia–Egypt Transboundary Challenges over the Nile River Basin." *Journal of Asian and African Studies* 48, no. 1: 35-46. <https://doi.org/10.1177/0021909612438517>.
- Reuters. 2018. "Foes Ethiopia, Eritrea pledge to open embassies as leaders embrace." *Reuters*, July 8, 2018. <https://www.reuters.com/article/us-ethiopia-eritrea/foes-ethiopia-eritrea-pledge-to-open-embassies-as-leaders-embrace-idUSKBN1JY05X> (acesso em 5 de dezembro de 2020).
- Saigal, Kaninka. 2018. "Ethiopia pushes its privatization agenda." *Euromoney*, October 1, 2018. <https://www.euromoney.com/article/b1b4sjz-8r9bn8h/ethiopia-pushes-its-privatization-agenda> (acesso em 13 de dezembro de 2020).

- Schmidt, Elizabeth. 2018. *Foreign intervention in Africa after the Cold War: sovereignty, responsibility and the war on terror*. Ohio: Ohio University Press.
- Schwab, Peter. 1985. *Ethiopia: Politics, Economics and Society*. London: Francis Pinter Publisher.
- Tareke, Gebru. 2009. *The Ethiopian Revolution: war in the Horn of Africa*. London: Yale University Press.
- Vestal, Theodore M. 1999. *Ethiopia: A Post-Cold War African State*. Westport: Greenwood.
- Visentini, Paulo Gilberto Fagundes. 2007. “A África independente e a Guerra Fria.” In *Breve História da África*, por Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira. Editora Leitura XXI.
- _____. 2012. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Visentini, Paulo Gilberto Fagundes et al. 2018. *Guia da Política Externa dos Estados Africanos*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- World Bank. 2020. “GDP growth (annual %) - Ethiopia.” *World Bank*. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=ET> (acesso em 12 de dezembro de 2020).
- Zekele, Metassebia Hailu. 2019. “The 2020 Plan of Ethiopia’s Stock Exchange Market is approaching.” *Further Africa*, August 5, 2019. <https://furtherafrica.com/2019/08/05/the-2020-plan-of-ethiopia-stock-exchange-market-is-approaching/> (acesso em 13 de dezembro de 2020).

RESUMO

Este artigo pretende analisar a condução da política externa da República Democrática Federal da Etiópia desde a Revolução de 1974 até o primeiro ano da administração de Abiy Ahmed Ali, investigando no processo ao que se deve a maior abertura política e econômica do país. Mediante revisão bibliográfica, infere-se que esse processo de reabertura política ocorre pelas necessidades de desenvolvimento nacional e pela ascensão de um novo chefe de Estado. As variáveis de análise para verificar essa hipótese seriam o ritmo de crescimento do país nas últimas décadas, a aproximação com a China, investimentos estrangeiros no país, pacotes de privatização, reaproximação diplomática com vizinhos e ofensivas diplomáticas. Conclui-se de maneira assertiva que desde o término da administração Meles Zenawi, a Etiópia passa por uma fase de maior abertura na condução de sua política externa justamente pela necessidade de subsídios ao desenvolvimento nacional. Finalmente, este trabalho se justifica em função de seu esforço em entender um fenômeno político recente na dinâmica interestatal do Leste Africano.

PALAVRAS-CHAVE

Ascensão Regional. Dinâmica Interestatal. Chifre da África.

Recebido em 13 de janeiro de 2021

Aceito em 12 de fevereiro de 2021